

O fascismo italiano e sua relação com as classes sociais

JORDANA SOUZA SANTOS*

Resumo

O objetivo deste artigo é abordar a relação entre o fascismo e as classes sociais na Itália, analisando como este fenômeno repercutiu no interior das classes dirigentes, da pequena e média burguesia e da classe trabalhadora. Pretende-se analisar qual o papel assumido pelas classes sociais na ascensão e queda do movimento fascista, destacando a pequena burguesia como a base social do fascismo, as classes dirigentes como facilitadoras do surgimento do movimento e a classe trabalhadora como principal alvo da violência fascista.

Palavras-chave: movimento fascista; classes sociais; *risorgimento*.

Abstract

The purpose of this article is to address the relationship between fascism and social classes in Italy, analyzing how this phenomenon reflected within the ruling classes, the petty and middle bourgeoisie and the working class. We intend to analyze the role assumed by the social classes in the rise and fall of the fascist movement, highlighting the petty bourgeoisie as the social base of fascism, the ruling classes as facilitators of the movement rising and the working class as the main target of fascist violence.

Key words: fascist movement; social class; *Risorgimento*.



* JORDANA SOUZA SANTOS é Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Unesp/Marília.



Benito Amilcare Andrea Mussolini (1883-1945)

Introdução

Na literatura acerca do fascismo encontramos diferentes interpretações sobre o que foi, como se desenvolveu e como surgiu este fenômeno que desperta interesse de pesquisa e estudo devido à presença de resquícios dos seus ideais nos dias atuais. Embora o fascismo tenha surgido no contexto da Primeira Guerra Mundial e tenha suas características enraizadas no desenvolvimento do capitalismo italiano, não é um produto exclusivo da Itália, mas uma forma assumida pelo Imperialismo na fase do capital monopolista. Portanto, o fascismo não surge apenas em países de capitalismo atrasado como a Itália, mas

também em sociedades mais desenvolvidas¹.

O fascismo na Itália foi produto da crise econômica e moral do pós-guerra que submeteu à miséria as grandes massas de pequeno-burgueses e camponeses, mas tem suas origens no *Risorgimento* italiano, mais especificamente, na debilidade das classes dirigentes que conduziram o processo de unificação italiana. A saída encontrada para a crise do pós-guerra pelas classes capitalistas foi elevar o nível de exploração, reduzindo os salários, aumentando a jornada de trabalho. Nos países diretamente envolvidos na guerra gerou-se uma proletarianização crescente das

¹ Os estudos de Jefferson Rodrigues Barbosa (2012) e Tatiana Poggi (2012), incluídos em nossas referências, demonstraram que no Brasil e nos EUA houve movimentos e organizações de inspiração fascista, evidenciando que o fascismo não foi um fenômeno exclusivamente italiano.

camadas intermediárias e, conseqüentemente, uma radicalização das tensões sociais.

Na Itália, em particular, a alta da inflação, o desemprego, o saldo de mortos envolvidos no conflito e a dificuldade de encaixar na sociedade produtiva os ex-combatentes que retornavam ao país constituiu o cerne da crise social. A propaganda de avanço econômico desencadeada pelo governo para a entrada na guerra da Itália revelou-se uma promessa rompida, culminando nos confrontos que marcaram o Biênio Vermelho (1919-1920) com a ocupação das fábricas no Norte e das terras no Sul por parte dos trabalhadores rurais sem-terra. Em 1919 formaram-se os *Fasci di Combattimento* fundado por combatentes da pequena burguesia urbana, em sua maioria jovens, inspirados nos ideais nacionalistas da guerra e no irracionalismo filosófico que fundamentavam um programa que se propunha antipartidário, antiburguês, antimonárquico, anticlerical, antissocialista. Desta organização surgiu em 1921 o Partido Nacional Fascista.

O movimento fascista no início tinha em seu programa algumas reivindicações socialistas e em seu interior havia representantes tanto da burguesia como do anarco-sindicalismo e de outros grupos de esquerda. No entanto, a base social que verdadeiramente compunha o movimento fascista era a pequena burguesia, a classe que mais sofreu retrocesso com as conseqüências da guerra tendo um papel político inferior ao do proletariado. Outra classe que se destacou dentre os quadros do movimento fascista foi a burguesia agrária que já tinha uma tradição de uso da violência para conter os movimentos de trabalhadores.

As reivindicações socialistas contidas no programa do movimento fascista foram logo abandonadas por Mussolini depois da transformação do movimento em partido. Segundo Tasca (1967), a intenção de Mussolini ao adotar tais reivindicações era somente atrair as massas, embora ele também adulasse os pequenos industriais propondo que o Estado fosse despojado de toda atividade econômica, isto é, que a gestão dos serviços públicos passasse das mãos do Estado para o setor privado. Essa capacidade de Mussolini de se relacionar com diversos setores sociais caracterizou a ideologia do movimento fascista como indefinida, o que foi justamente a sua maior força uma vez que foi capaz de atrair representantes de classes sociais distintas num único movimento ao se afirmar como anticapitalista e antissocialista.

Mussolini considerava o fascismo como uma terceira via ao capitalismo e ao socialismo. O fascismo se afirmava antiliberal uma vez que criticava os ideais da democracia liberal burguesa responsável por todo caos social. O fascismo criticava o pluripartidarismo, a divisão da sociedade em classes, pois os partidos representavam interesses setoriais, não nacionais e a divisão entre as classes sociais gerava confrontos que debilitavam a unidade da nação (POGGI, 2012). É assim que o fascismo apresentava um programa capaz de agregar, na visão de Mussolini, todas as classes sociais, suprimindo os antagonismos sociais e promovendo o mito da nação guerreira, do povo forte baseado nas ideias do corporativismo que defendia justamente o consenso entre as classes sociais e não o conflito e a constituição de um Estado forte capaz de reerguer a nação (POGGI, 2012).

O fascismo foi um movimento que representava uma saída à crise

econômica e social, mas também uma reação ao movimento dos trabalhadores e ao bolchevismo, sendo construído com base no nacionalismo exacerbado. O fascismo soube trabalhar a construção do mito para conscientizar as massas desorganizadas, criando a figura do cidadão soldado que abdica de sua individualidade, de sua liberdade em nome da nação e do partido. Portanto, o fascismo cria uma estrutura de consenso entre as classes em torno do mito da nação, respaldado na figura do partido como milícia e no uso emblemático da violência.

Neste trabalho propomos estudar o papel das classes sociais no fascismo italiano buscando compreender seus aspectos ideológicos e políticos. O fascismo é um fenômeno de base social pequeno-burguesa e que teve grande aceitação das classes dirigentes, reprimindo violentamente a classe trabalhadora. Por isso, é importante compreender o fascismo como um processo determinado, atrelado à história da burguesia italiana e como resposta reacionária à crise orgânica do capitalismo.

As classes sociais frente ao fascismo

Embora o fascismo tenha sido um movimento cujas origens remetem à história e à formação das classes dirigentes na Itália, sua base social é fundamentalmente composta pela média e pequena burguesia. É interessante analisar como o caráter fundamental do fascismo que é o fato de ser um combinado de ideologias, o que faz com que ele se incline do lado que mais lhe convém, se relaciona profundamente às características da pequena burguesia enquanto classe.

Historicamente, a pequena burguesia é uma classe que não ocupa uma posição demarcada no processo produtivo. É

uma classe que oscila entre as duas classes fundamentais do modo de produção capitalista: burguesia e o proletariado. Em *A Ideologia Alemã*, Marx e Engels (2007, p. 57) referem-se ao surgimento da burguesia e da pequena burguesia onde a primeira teve origem no desenvolvimento e expansão do comércio e da manufatura e a segunda concentrava-se nas corporações de ofício que não recebiam nenhum estímulo para ampliar a produção, permanecendo estável o capital. A burguesia nascente concentrava-se nas “cidades marítimas” por conta do comércio, enquanto a pequena burguesia concentrava-se nas cidades fabris. (MARX; ENGELS, 2007, p. 59).

Para Lukács (2003, p. 156), o caráter incerto da pequena burguesia, assim como do campesinato, era devido à sua “existência não ser fundada exclusivamente sobre sua situação no processo de produção capitalista, mas estar indissoluvelmente ligada a vestígios da sociedade dividida em estamentos”. Em linhas gerais, a pequena burguesia não interessa a superação de si mesma ou a construção/transformação da sociedade como um todo; é uma classe que luta pelos seus interesses e objetivos, oscilando entre a burguesia e o proletariado uma vez que não está isolada da luta de classes. Para que a pequena burguesia possa assumir um papel ativo na história, os seus interesses e objetivos devem coincidir com os interesses e objetivos de uma das classes fundamentais do capitalismo. Marx e Engels (1998), no *Manifesto Comunista*, interpretavam que a centralização e a concentração de capitais levariam à destruição a pequena burguesia uma vez que esta classe sofreria os efeitos da supremacia industrial e política da burguesia e do desenvolvimento do proletariado revolucionário.

É justamente esta posição ocupada pela pequena burguesia na luta de classes que favoreceu ao movimento fascista adentrar suas fileiras, canalizando as reivindicações do movimento rebelde pequeno burguês que se colocava contra o capital e contra o proletariado. A divisão da sociedade em classes se ancora na ideia de ascensão social uma vez que na sociedade feudal o indivíduo que nascesse servo, morreria servo, ao passo que na sociedade classista a ascensão social pode ser alcançada, segundo o ideal burguês. A pequena burguesia busca ascender socialmente, confiando no projeto burguês, mas conforme o desenvolvimento das relações sociais no modo de produção capitalista, o risco de sofrer um processo de proletarianização é iminente, especialmente nos momentos de crise econômica, o que ocorreu na Itália no pós-guerra. Degenerada pela crise, a pequena burguesia italiana encontrou no movimento fascista a sua forma de representação, pois o movimento proporcionava aquilo que ela nunca teve: um papel político na sociedade. Segundo Gramsci (2004), o fascismo é a tentativa de resolver os problemas resultantes da crise através de “rajadas de metralhadora e tiros de pistola” e são a pequena e média burguesia os estratos sociais que acolhem este tipo de solução, alimentando os quadros do fascismo.

A novidade essencial do fascismo é que foi um movimento reacionário com base de massas atraindo não somente a pequena burguesia, mas setores da classe trabalhadora. Para Mussolini as massas não tinham direção política e era preciso educá-las. Para isso a construção do mito era fundamental tendo a função de regular a vida social. O mito da nação encabeçado pelo fascismo foi abraçado pela pequena burguesia em seu ressentimento e descontentamento diante da sua situação calamitosa em

decorrência da guerra, assim como o mito da “vitória mutilada” de criação do poeta D’Annunzio que culpabilizava os dirigentes da liberal-democracia de terem cedido frente às pressões dos países imperialistas, permitindo que a vitória da Itália na guerra fosse “mutilada” (KONDER, 1977, p. 31). O fascismo soube se aproveitar dos motivos ideológicos e sentimentais dos ex-combatentes não acolhidos como heróis de guerra pela sociedade italiana abatida pela crise, transformando-se no movimento em que a pequena burguesia achava a razão da sua revolução social visto que propunha uma unidade, personificada no Estado forte, que ela enquanto classe nunca teve.

Assim, a ideologia fascista alicerçou-se no espírito do “arditismo” dos oficiais da reserva, desmobilizados depois da guerra, que orgulhosos por terem lutado pelo seu país desejavam manter a mesma conduta de disciplina militar na vida em sociedade como sinônimo de sua glória. Segundo Bauer (1974), tratava-se, pois, de uma ideologia militarista que exigia das massas disciplina perante a autoridade de mando do seu chefe e que proclamava um ideário “heroico” e de nacionalismo exacerbado contra o governo liberal na Itália e contra o socialismo.

Por ser tipicamente pequeno burguesa dirige-se tanto contra o grande capital como contra o proletariado; os oficiais odeiam o especulador e os novos ricos que se beneficiaram com a guerra, e depreciam o proletariado. Claro está que seu anticapitalismo só está dirigido contra as formas mais especificamente parasitárias do capitalismo da época de após-guerra e de inflação (...) Por outro lado, é absolutamente incondicional sua aversão ao socialismo proletário, que lutou demoradamente contra a intervenção da Itália na guerra – e

por isso mesmo teve muito
acrescido o número de seus
partidários durante ela (...)
(BAUER, 1974, p. 69).

Uma vez que o fascismo se apresentava como uma alternativa entre o capitalismo, representado pela democracia liberal burguesa, e o socialismo, a pequena burguesia, na sua limitante e contrarrevolucionária consciência de classe, via neste movimento uma forma de “enquadrar” a classe trabalhadora, pois considerava que a luta por melhores salários, acarretando greves e paralisações, contribuía para agravar a crise econômica, aumentando assim, a proletarianização e o depauperamento dos setores médios².

O pequeno burguês, incapaz de defender-se frente à desvalorização, assistia desgostoso às lutas salariais entre capital e trabalho, que perturbavam sua tranquilidade repetidamente. Os aumentos de salário conquistados pela classe operária como consequência da desvalorização monetária, pareciam-lhe ser a causa principal da mesma. Indignava-o que alguns setores da classe operária conseguissem manter-se a coberto da desvalorização, arrancando sucessivas vezes aumentos de salário, enquanto ele nada podia fazer para melhorar suas rendas na mesma medida. Revoltava-o contemplar como seu nível de vida chegava a ser mais baixo inclusive, que o desses setores da classe operária e como a distribuição da renda nacional os iam favorecendo gradualmente. Ainda que odiasse os

exploradores da inflação, odiava
todavia mais aqueles operários
insubmissos (BAUER, 1974, p. 71).

A organização das massas em torno do mito da nação se articulava com as interpretações propositadamente confusas feitas por Mussolini sobre alguns conceitos marxianos que fundamentavam o socialismo. A questão da luta de classes, por exemplo, era encarada pelo *Duce* como “um aspecto permanente da existência humana, uma realidade trágica insuperável: o que se precisava fazer era discipliná-la, e o único agente possível desta ação disciplinadora teria de ser uma elite de novo tipo, enérgica e disposta a tudo” (KONDER, 1977, p. 8). Por isso, a figura do cidadão soldado e a exaltação da disciplina militar eram tão proclamados pelo fascismo e aceitos pelas massas desorientadas que o compunham.

Mussolini estendia sua leitura sobre a teoria das classes sociais de Marx ao conflito entre as nações proletárias e nações capitalistas, o que para ele tinha maior relevância e ajudava a entender a situação da Itália perante os países imperialistas da Europa, especialmente após a guerra. O mito da nação aqui foi idealizado por Mussolini que apresentava a Itália como uma nação explorada por outras nações e acusava os socialistas de utilizarem o proletariado italiano para enfraquecerem internamente o país em proveito dos inimigos no exterior. Portanto, o conflito não se dava mais entre as classes sociais, mas entre as nações, sendo que o bolchevismo era a ideologia que

² Em artigo intitulado “O povo dos macacos”, Gramsci (2004) classifica a pequena burguesia italiana como classe que não ultrapassa o discurso demagógico, possuindo um espírito de revolta que não chega a ser revolucionário. Para ele, esta classe apresenta uma espécie de

socialismo confuso, tentando imitar a classe operária utilizando formas de protestos como manifestações de rua, baseadas no nacionalismo, mas não tem autonomia diante das classes dirigentes, tornando-se um agente contrarrevolucionário.

enfraquecia a unidade da nação e que deveria ser combatida.

Segundo Konder (1977), o sentido social conservador desta ideia de nação proletarizada objetivava mascarar o conflito classista ao considerar trabalhadores e capitalistas como “colegas proletarizados (ou em vias de proletarização), vítimas de um sistema de exploração internacional” (KONDER, 1977, p. 12). Assim, a ideia de uma Itália forte, unificada e organizada ganhava cada vez mais adeptos em todos os setores sociais. Foi assim que o nacionalismo fascista avivou os sentimentos de violência e de ódio contra os valores de outras nações e também contra qualquer traço presente na sociedade italiana que pudesse representar atraso e desordem, ameaçando a unidade nacional, como era encarada a luta socialista. Esta retórica agressiva era o que seduzia as massas.

Se o discurso inflamado de ódio, somado ao mito da “vitória mutilada” seduzia as massas, as classes dirigentes eram seduzidas pela figura polêmica e emblemática do *Duce* que criticava acidamente o marxismo e o bolchevismo e propunha um controle feroz do movimento da classe trabalhadora. A explosão de greves entre os anos de 1919 e 1920 e a emergência dos ideais da Revolução Russa amedrontava a burguesia. Este cenário conflituoso fez com que as classes dirigentes, especialmente a burguesia agrária, apoiassem o movimento fascista por meio do financiamento das milícias fascistas a fim de romper a resistência operária e aumentar o nível de exploração, garantindo assim o ressarcimento da diminuição dos seus benefícios por consequência da crise.

Bauer (1974) descreve as milícias fascistas como o lugar de confluência dos marginalizados de todas as classes.

Sendo financiadas pela burguesia e vitoriosas em suas ações, as milícias fascistas tornaram-se atrativas ao lumpemproletariado e aos “indivíduos de todas as classes que sempre estão do lado do vencedor” (BAUER, 1974, p. 74-75). Tornaram-se o braço armado da classe capitalista que as utilizou o quanto pode para reprimir a classe operária. No entanto, conforme se ampliava o movimento fascista, seu objetivo passava a ser a conquista do poder. A burguesia se viu compelida a ceder o poder aos fascistas em troca de manter sob controle a resistência proletária. Portanto, o fascismo não foi unicamente uma reação ao avanço da mobilização popular, mas um instrumento alimentado pela burguesia para conter esta mobilização. À burguesia era mais vantajoso apoiar a tomada do poder pelo fascismo do que correr o risco de um avanço ainda maior da luta da classe trabalhadora.

Além do que o nacionalismo fascista atendia às pretensões imperialistas da burguesia italiana que devido ao atraso do país tinha chegado tarde à partilha do mundo pelas potências imperialistas do continente, se transformando em uma arma na luta contra grupos capitalistas rivais ao acentuar certos ressentimentos nacionais. O nacionalismo fascista também se tornava um aliado da burguesia no controle das massas populares por meio do estabelecimento de um Estado forte. O controle e a manipulação das massas populares era algo peculiar ao nacionalismo fascista que nascera “de cima para baixo”, sem teor democrático, isto é, não nascera da mobilização popular, mas fora consubstanciado demagogicamente como mito, assim como a ideia de povo (KONDER, 1977).

A ditadura fascista surgiu como consequência de um equilíbrio de forças

entre as classes. A dominação burguesa se assentava sob pilares democráticos e debaixo da pressão constante dos trabalhadores que reivindicavam seus direitos. Os efeitos da crise econômica requeriam medidas radicais que pudessem salvaguardar os interesses burgueses, mas as instituições democráticas impediam a efetivação de tais medidas. Neste ínterim, o fascismo se apresentou como a melhor saída aos entraves da legalidade democrática que não permitiam à burguesia frear as reivindicações dos trabalhadores. Conforme Gramsci (2004),

Para qualquer governo, toda a ação que se manifesta no campo da oposição contra ele supera os limites da legalidade. Contudo, pode-se dizer que a legalidade é determinada pelos interesses da classe que detém o poder em cada sociedade concreta. Na sociedade capitalista, a legalidade é representada pelos interesses da classe burguesa. Quando uma ação busca atingir de algum modo a propriedade privada e os lucros que dela derivam, tal ação se torna imediatamente ilegal (...) Surgiu assim o fascismo, que se afirmou e impôs fazendo da ilegalidade a única coisa legal. Nenhuma organização, salvo a fascista; nenhum direito de voto, a não ser quando dado aos representantes dos latifundiários e dos industriais. É esta a ilegalidade que a burguesia reconhece quando é obrigada a repudiar a legalidade formal. (GRAMSCI, 2004, p. 83-85).

A organização crescente dos trabalhadores só poderia ser contida mediante o uso da violência. E ainda que o socialismo reformista demonstrasse ser um adversário forte foi incapaz de combater a violência empregada contra ele, incapaz também de aglutinar as massas pequeno-burguesas, proletárias e

camponesas, muitas das quais acabaram se inscrevendo no movimento fascista.

O resultado desse equilíbrio de forças, ou melhor dito, da debilidade de ambas as classes, é a vitória do fascismo, que atuando a serviço do capitalismo esmaga a classe operária; os mercenários dos capitalistas chegam a fazer-se tão fortes que aqueles não têm outra opção senão ceder-lhes o domínio incondicional sobre todo o povo, e portanto sobre eles próprios também. (BAUER, 1974, p. 77-78).

O fascismo não encontrou resistência por parte da burguesia tampouco por parte da classe trabalhadora. Gramsci foi o primeiro autor a relacionar a debilidade das classes dirigentes italianas e de organização dos trabalhadores com a ascensão e o fortalecimento do fascismo. Em relação à classe trabalhadora, Gramsci (2004) criticava a atuação do Partido Socialista Italiano que possuía uma linha reformista e que conduzia a luta proletária neste rumo. Para Gramsci (2004), este partido não só atuava buscando participar dentro da legalidade democrática burguesa, mas também desconhecia a história italiana não tendo produzido qualquer estudo a respeito da classe trabalhadora italiana a fim de buscar estabelecer linhas de ação concretas e previsões sobre os acontecimentos.

Para Gramsci (2004), os socialistas careciam de ideologia, quer dizer, deixaram de educar os trabalhadores não lhes fornecendo as bases teóricas para que atuassem politicamente. Faltou aos operários e camponeses sua concepção de vida e de história que é o materialismo histórico.

É essa a nossa debilidade, a principal razão da derrota dos partidos revolucionários italianos, ou seja, o fato de que tais partidos não tiveram uma ideologia, não a

difundiram entre as massas, não fortaleceram as consciências dos militantes com certezas de caráter moral e psicológico. Como se surpreender, então, com o fato de que alguns operários se tornaram fascistas? Como se surpreender com isso se, num determinado ponto, o próprio S.V. pergunta: “quem sabe se também nós, convencidos, não podemos nos tornar fascistas?” (...) Como se surpreender com isso se, num outro artigo, no mesmo número da *Voce*, afirma-se que “não somos anticlericais”? Não somos anticlericais? O que significa isso? Que não somos anticlericais em sentido maçônico, ou seja, do ponto de vista racionalista dos burgueses? Deve-se dizer isso; mas deve-se dizer também que nós, classe operária, somos anticlericais na medida em que somos materialistas, que temos uma concepção do mundo que supera todas as religiões e todas as filosofias nascidas até hoje no terreno da sociedade dividida em classes. Mas, infelizmente, não temos tal concepção (...) E esta é a razão de todos estes erros que, embora teóricos, têm um reflexo na prática e nos conduziram até agora à derrota e à opressão fascista. (GRAMSCI, 2004, p.234).

Ao reformismo dos socialistas, desprovido de teor revolucionário, soma-se a eficiência do fascismo em atacar o que de mais eficaz tinha a classe trabalhadora, a saber, sua liberdade de expressão e de organização, ou, conforme Gramsci (2004, p. 280), a classe trabalhadora foi golpeada não pelo

que ela “fazia”, mas pelo que ela “era”, “ou seja, uma fonte de ligações capazes de dar às massas uma forma e uma fisionomia”. O fascismo procurou minar as possibilidades de organização dos trabalhadores proibindo reuniões, demitindo operários subversivos, assassinando os líderes operários e camponeses, destruindo suas sedes etc.³.

Para Gramsci, o PSI nada fez para impedir a viragem autoritária do fascismo. A assinatura do Pacto de Pacificação em 03 de agosto de 1921 entre socialistas e fascistas propondo o fim das violências entre ambos (como se a violência não fosse uma ação unilateral dos fascistas contra o movimento operário), selou o declínio do PSI e abriu o caminho para a tomada do poder pelo Partido Nacional Fascista. Gramsci assinala que apesar do Pacto de Pacificação a violência fascista continuava e crescia sem nenhuma intervenção do governo e sem nenhuma consequência penal. O fascismo contou com o suporte logístico do aparato estatal burguês na consecução dos seus planos em dismantelar a classe trabalhadora e, em muitas regiões, tomou o lugar das autoridades oficiais, preparando o terreno para um golpe de Estado.

Existem hoje na Itália dois aparelhos punitivos e repressivos: o fascismo e o Estado burguês. Um simples cálculo de custo e benefício leva a prever que a classe dominante, em certo momento, buscará amalgamar também oficialmente estes dois aparelhos; para isso, tentará quebrar

³ “A liberdade de organização é concedida pelos burgueses aos trabalhadores somente quando eles têm a segurança de que estes últimos estão reduzidos a uma tal situação que podem se servir desta liberdade apenas para retomar um trabalho elementar de organização, trabalho que os burgueses esperam que só tenha consequências

políticas a longo prazo. Em suma, a ‘democracia’ organizou o fascismo quando sentiu que não podia mais resistir, mesmo num quadro de liberdades apenas formais, à pressão da classe trabalhadora. O fascismo, desagregando a classe operária, voltou a dar possibilidade de existência à ‘democracia’”. (GRAMSCI, 2004, p. 282).

as resistências opostas pela tradição do funcionamento estatal através de um golpe de força dirigido contra os organismos centrais o governo (...) A parte mais inescrupulosa da classe dirigente imporá sua ditadura sangrenta, dissolverá as organizações operárias, entregará todos os poderes à casta militar. (GRAMSCI, 2004, p. 78).

Apesar do fascismo ter sido o instrumento da burguesia na contenção do proletariado e do bolchevismo, não se pode explicar este fenômeno como simples reação antiproletária. O fascismo, para Gramsci, foi uma etapa do processo de revolução burguesa iniciada no *Risorgimento*, foi uma forma de “revolução passiva” que marca a passagem do capitalismo concorrencial para o capitalismo monopolista e como “revolução passiva” propõe a mudança da ordem social “de cima para baixo”. Ao analisar o *Risorgimento* (processo de unificação italiana), Gramsci (2002) sinaliza a dificuldade das frações burguesas em liderar um movimento de ruptura com a ordem pré-capitalista e, apesar do apoio das classes populares, optarem por uma posição de conciliação com a aristocracia, antiga classe dominante. O Estado desta classe, o reino de Piemonte, substituiu os grupos sociais locais na direção da luta de renovação, caracterizando a função destes grupos como de “domínio”, mas não de “direção”.

Podemos dizer que há três elementos determinantes no processo de unificação italiana que são a falta de cultura nacional, a ausência de partidos políticos e a incapacidade das classes dirigentes em representar os interesses nacionais. Assim, seguindo a interpretação gramsciana, o fascismo pode ser explicado analisando-se a questão meridional na Itália e o transformismo da época do *Risorgimento*. A questão

meridional trata-se das diferenças entre o Norte industrializado e o Sul subdesenvolvido. O Sul da Itália sofria uma exploração semicolonial que favorecia o desenvolvimento do Norte. No entanto, as causas do atraso no Sul e que emperravam o progresso econômico da Itália eram vistas como consequência de um atraso “genético” próprio da região. Esta visão ideológica era aceita pelas classes subalternas que não tinham uma cultura proletária, aceitando erroneamente a cultura das classes dominantes como a sua visão de mundo. Portanto, à questão meridional correspondia também o problema da formação de intelectuais entre as classes subalternas para formar a visão de mundo destas classes para que pudessem fazer frente à hegemonia dominante.

Sobre o transformismo trata-se de um fenômeno de ampliação da dominação das classes dirigentes por meio da absorção de elementos de outras classes sociais. O transformismo é o movimento de cooptação dos líderes das forças oponentes com o objetivo de anular seus sujeitos políticos, minando assim suas possibilidades de atuação. O conceito de “revolução passiva” engloba o de transformismo à medida que é uma forma assumida pela política burguesa em determinados momentos da história para restaurar sua hegemonia, sendo o fascismo uma forma de “revolução passiva” do século XX. O transformismo como “revolução passiva” demonstra a fragilidade dos partidos políticos que não conseguem se consolidar em torno de um programa para comprometer radicalmente seus representantes, fato analisado por Gramsci ao interpretar o fascismo.

O fascismo foi a tentativa de implantar o americanismo-fordismo na Itália nas condições particulares do seu desenvolvimento capitalista, incluindo

uma intervenção do Estado muito mais intensa na forma de regulação econômica e de repressão política do que foi nos EUA.

haveria uma revolução passiva no fato de que, por intermédio da intervenção legislativa do Estado e através da organização corporativa, seriam introduzidas na estrutura econômica do país modificações mais ou menos profundas para acentuar o elemento “plano de produção”, isto é, seria acentuada a socialização e cooperação da produção, sem com isso tocar (ou limitando-se tão somente a regular e controlar) a apropriação individual e grupal do lucro. No quadro concreto das relações sociais italianas, esta poderia ser a única solução para desenvolver as forças produtivas da indústria sob a direção das classes dirigentes tradicionais, em concorrência com as mais avançadas formações industriais de países que monopolizam as matérias-primas e acumulam gigantescos capitais. Que um tal esquema possa traduzir-se em prática, e em que medidas e em que formas, isto tem um valor relativo: o que importa política e ideologicamente, é que ele pode ter - e tem realmente - a virtude de servir para criar um período de expectativas e de esperanças, notadamente em certos grupos sociais italianos, como a grande massa dos pequenos burgueses urbanos e rurais e, consequentemente, para manter o sistema hegemônico e as forças de coerção militar e civil à disposição das classes dirigentes nacionais (GRAMSCI apud MACIEL, 2006, p. 279).

Enquanto forma de “revolução passiva” o fascismo foi uma proposta de mudança social sem alterar a qualidade da formação social em questão, ou seja, permitiu o desenvolvimento da ordem social sem alterar as relações sociais de

produção, permanecendo o antagonismo entre burguesia e proletariado.

(...) nas formações sociais que vivenciam processos de manutenção da ordem dentro do modo de produção capitalista, o eixo central da luta de classes é a disputa entre a burguesia e o proletariado, as classes fundamentais e antagônicas da sociedade burguesa. Sendo a reprodução social determinada pelas relações de produção capitalistas, a estratégia burguesa passa necessariamente pela reprodução de acumulação de capital e pela subordinação dos trabalhadores. Passa, portanto, pela reprodução das relações de produção que fundamentam a práxis social e a práxis política burguesas. Mesmo que a disputa seja entre classes e frações dominantes, ou entre estas e as classes intermediárias (logo, o proletariado está ausente como força política), é a reprodução entre as relações de produção e a subordinação dos trabalhadores que orienta a estratégia burguesa em seu sentido mais global. A burguesia pode atuar no sentido de isolar, eliminar ou cooptar outros atores políticos que se oponham à sua dominação e a coloquem em crise. No entanto, do ponto de vista burguês, a sua resolução passa necessariamente pela reposição de sua dominação sobre os trabalhadores. E sua dominação é resposta na medida em que as relações de produção capitalistas e o Estado burguês continuem funcionando. Portanto, é o antagonismo básico do capitalismo que determina a movimentação da burguesia e dos seus aliados, mesmo diante de um processo de disputa que não apresenta o proletariado como força política e que, por isso, não é antagônico. Nesse caso, trata-se de manter os trabalhadores numa posição de passividade, rompendo as possíveis ligações destes com os

atores políticos oponentes, e/ou mobilizá-los em favor da ordem, abrindo possibilidades para a busca do consenso ativo pela burguesia. Na situação em que são os próprios trabalhadores que colocam em xeque a ordem social capitalista, as ações estratégicas da burguesia no processo de disputa política tornam-se mais evidentes (MACIEL, 2006, p. 283)

Pensar o fascismo como uma forma de “revolução passiva” permite compreender como se comportaram as classes dirigentes frente ao movimento. O regime fascista dismantelou todas as organizações sociais antagônicas, preservou a monarquia e o exército, fez acordo com a Igreja, o que possibilitou o consenso sociopolítico. O fascismo tornou-se um movimento capaz de impedir a maturação de alternativas nacional-populares, possíveis pela organização autônoma das classes subalternas, permitindo às classes dirigentes conservarem sua dominação.

Considerações finais

Neste trabalho tentamos demonstrar como o nacionalismo fascista aliado ao antibolchevismo e ao uso da força para o controle das massas populares foram facilmente acolhidos pelas classes dirigentes e intermediárias da sociedade italiana com vistas a atingir seus propósitos, culminando na ascensão e no fortalecimento do regime fascista.

No caso da burguesia vimos que a adesão a estes ideais a conservaram no poder, ainda que estivesse completamente submetida ao Estado totalitário de Mussolini. Além do que o fascismo manteve a Itália no caminho imperialista, não se constituindo em oposição ao capitalismo monopolizador. Em contrapartida, a pequena burguesia cuja liderança era débil e a consciência de classe vacilante, concebeu o projeto

fascista como seu, um verdadeiro projeto revolucionário pelo qual ela se reergueria.

Embora a pequena burguesia tenha sido a classe que proporcionou o contingente mais amplo no apoio de massas ao movimento fascista, o conteúdo efetivo do movimento correspondia aos interesses das classes dirigentes ainda que estas classes tenham inicialmente apoiado o fascismo devido ao receio do crescimento das mobilizações populares. Quando da estabilização do fascismo no poder e a transformação do partido em instrumento de poder, sendo vetada em seu interior toda livre discussão, autonomia e livre eleição de chefes, as massas pequeno-burguesas, camponesas e proletárias que compunham o movimento foram depostas numa demonstração de todo despotismo exercido pelos grandes capitalistas e proprietários que controlavam a ditadura. Pois, para que o fascismo pudesse assegurar a vitalidade do capitalismo não bastava reprimir o proletariado apenas, era preciso rebaixar o nível de vida das classes médias (GRAMSCI, 2004).

A análise gramsciana nos permite compreender o surgimento do fascismo na Itália para além das consequências da crise do pós-guerra. A violência fascista, segundo Gramsci (2004), não poderia encontrar terreno mais fértil do que os costumes da sociedade italiana, especialmente das populações rurais, educadas em modos grosseiros, e da burguesia agrária, acostumada a tratar “a ferro e fogo” os trabalhadores. Gramsci (2004) explica que na Itália a crise das camadas médias teve consequências mais radicais do que em outros países, proporcionando o nascimento do fascismo. Isto porque a pequena burguesia italiana era bastante numerosa

e era a única classe, segundo o autor, “territorialmente” nacional.

(...) nos anos do pós-guerra, a crise capitalista assumira também a forma aguda de um esfacelamento do Estado unitário e, portanto, favorecera o renascimento de uma ideologia confusamente patriótica. Não havia outra solução que não a fascista, depois que a classe operária, em 1920, fracassou em sua tarefa de criar com seus próprios meios um Estado capaz de satisfazer também as exigências nacionais unitárias da sociedade italiana. (GRAMSCI, 2004, p.263).

Diante do totalitarismo fascista restava à classe trabalhadora “restaurar” o Estado enquanto única classe capaz de reorganizar a produção e todas as relações sociais, segundo Gramsci (2004). Por isso, a luta antifascista deveria partir desta classe, tendo o comunismo como ideologia que verdadeiramente unificaria a nação pelo fim do conflito entre as classes sociais através da extinção das mesmas, e não pelo consenso como idealizavam os fascistas ou pela participação popular dentro das instituições burguesas como sugeria o socialismo. Porém, o fascismo antes padecia por suas contradições internas do que pelo avanço dos ideais comunistas e pela organização da classe trabalhadora.

Referências

- BARBOSA, Jefferson Rodrigues. *Integralismo e ideologia autocrática chauvinista regressiva: crítica aos herdeiros do sigma*. Tese de Doutorado em Ciências Sociais, Faculdade de Filosofia e Ciências da Unesp, 2012.
- BAUER, Otto. O fascismo. In: RODRIGUES, Antonio Edmilson Martins (org.). *Fascismo*. Rio de Janeiro: Eldorado, 1974, p. 67-88.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. vol. 5. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- _____. *Escritos Políticos*. Vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
- KONDER, Leandro. *Introdução ao fascismo*. Rio de Janeiro: Graal, 1977.
- LUKACS, G. *História e Consciência de Classe*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- MACIEL, David. Notas sobre a revolução passiva e o transformismo em Gramsci. In: *História Revista*, Goiânia, vol. 11, nº 2, p. 273-299, jul-dez, 2006.
- MARX, K. *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Boitempo, 1998.
- _____. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- POGGI, Tatiana. *Faces do extremo: uma análise do neofascismo nos Estados Unidos da América (1970-2010)*. Tese de Doutorado em História Social. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da UFF, 2012.
- SWEEZY, Paul. *Teoria do Desenvolvimento Capitalista*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.
- TASCA, Angelo. Condiciones generales y auge del fascismo. In: BAUER, O.; MARCUSE, H.; ROSENBERG, A. *Fascismo y capitalismo*. Ediciones Martinez Roca, Barcelona, 1967, p. 176-192.

Recebido em 2017-09-15
Publicado em 2017-12-05